



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 08/2021

CARTA CONTRATO N. 08/2021/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0001719-23.2021.6.22.8000

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LEILA NASCIMENTO DE MELLO 27517409875, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS NOS CONSULTÓRIOS MÉDICO E ODONTOLÓGICO DO TRE-RO.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **LEILA NASCIMENTO DE MELLO 27517409875**, inscrita no CNPJ sob o n. **26.910.164/0001-40**, com sede na Rua Esther Sales, nº 1030, Bairro Agenor de Carvalho, CEP: 76.820-234, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3225-6398/99288-2465/98129-0106, E-mail(s): leila_mello14@outlook.com, neste ato representada pela senhora **LEILA NASCIMENTO DE MELLO**, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1248128/SSP-RO e CPF n. 275.174.098-75.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº 8.666/93 (Licitações e Contratos), Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), além do Decreto nº 9.507/2018, da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO e da Cotação de Preços respectiva.

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por dispensa de licitação, fundamentada no Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Ato de autorização da despesa e Ratificação da Dispensa de Licitação: Despacho 866/2021 (evento [0713378](#)) - PRES/DG/GABDG, de 09/07/2021.

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto desta Carta-Contrato é a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo eventual substituição de peças (a serem adquiridas pelo TRE-RO), dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico – SAMES do TRE-RO, para os equipamentos abaixo relacionados:

Item	Discriminação	Quantidade
01	Cadeira Odontológica Dabi Atlante	1
02	Unidade Auxiliar Dabi Atlante	1
03	Refletor Dabi Atlante	1
04	Compressor Schuster S	1
05	Bomba de Sucção Ciclone	1
06	Autoclave Digitale 12	1
07	Autoclave Cristófoli Vitale 21	1
08	Alta rotação dentscler	1

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09	Alta rotação dentscler	1
10	Alta rotação dentscler	1
11	Alta rotação dentscler	1
12	Alta rotação RS Dabi Atlante	1
13	Alta rotação MS Dabi Atlante	1
14	Contra-ângulo	1
15	Contra-ângulo	1
16	Contra-ângulo	1
17	Contra-ângulo	1
18	Micro motor	1
19	Micro motor	1
20	Acionamento pedal de torneira	1
21	JetLax Sonic (ultrassônico e jato)	1
22	Fotopolimerizador Ultra Lux	1
23	Amalgamador Ultra Max Rhos	1
24	Mocho Dabi Atlante	1
25	Mocho Dabi Atlante	1
26	Equipo Dabi Atlante	1
27	Raio X Dent X 70	1
28	Negatoscópio	1
29	Autoclave Vitale Class CD Cristófoli	1
30	Lavadora Ultrassônica Schuster L 220	1
31	Injetor eletrônico de anestésico local Morpheus	1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

32	Mini-incubadora para indicador biológico	1
33	Torneira fotocélula Imperatriz	1
34	Contra-ângulo Calu	1
35	Contra-ângulo Calu	1
36	Contra-ângulo Calu	1
37	Contra-ângulo Calu	1
38	Contra-ângulo Kavo	1
39	Raio X Dent X 70	1

Subcláusula Primeira – A eventual aquisição de peças a serem substituídas ficará a cargo do TRE-RO.

Subcláusula Segunda – A partir da assinatura deste instrumento, a Contratada está obrigada a observar os critérios de sustentabilidade ambiental indicados no item 3.4. do Projeto Básico respectivo.

Subcláusula Terceira – Os serviços a serem realizados pela CONTRATADA (Item 4.0 do Projeto Básico) se encontram descritos no Anexo I deste Instrumento.

Subcláusula Quarta – As condições para prestação dos serviços (Item 8.1.1.1 do Projeto Básico) se encontram descritas no Anexo II deste Instrumento.

Subcláusula Quinta - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo, a Proposta da CONTRATADA e a Cotação de Preços n. 02/2021-SLC.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sexta – Quanto aos critérios de aceitação do objeto, deverá ser observado o que segue:

1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, por meio de recibo, anotado na requisição correspondente, depois de verificada a regularidade, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.
2. A contratada poderá acompanhar a verificação da regularidade do serviço prestado, inclusive podendo manifestar-se a respeito.
3. Decorridos 02 (dois) dias úteis do recebimento provisório, estando em pleno funcionamento os equipamentos, consideram-se recebidos em definitivo os serviços.
4. Serão recusados os serviços prestados em desacordo com o Projeto Básico, com os dispositivos contratuais e com a proposta, ou ainda que cause qualquer vício ou impropriedade de uso nos equipamentos.

DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

Subcláusula Sétima – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor total desta contratação é **R\$ 6.000,00** (seis mil reais) dimensionados para o período total de sua vigência, conforme proposta da Contratada constante da Cotação de Preços respectiva e a seguir demonstrado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Descrição	Vlr. Mensal (R\$)	Vlr. Anual (R\$)
01	Manutenção Preventiva e Corretiva	500,00	6.000,00

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, materiais da CONTRATADA, deslocamentos, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As despesas com a execução da presente carta-contrato correrão à conta do no orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral de Rondônia, no Programa de Trabalho 02122003320GP0011 e Elemento Despesa 33.90.39.17, conforme Nota de Empenho 2021NE000265, de 12/07/2021, a qual será reforçada durante a execução do serviço, caso necessário, consoante detalhamento abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA	Operação dos Serviços Administrativos
PLANO INTERNO	AOSA MANMAQ

Subcláusula Terceira - Por se tratar de contratação de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação em nenhuma das modalidades.

DO PAGAMENTO
(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento será efetuado mensalmente, em moeda corrente, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for certificada pelo Gestor contratual, a qual deverá estar acompanhada das respectivas requisições de serviços, quando for o caso, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei n. 8.666/93 e aplicadas as retenções legais.

Subcláusula Primeira – Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, FGTS, à Justiça do Trabalho e com a Fazenda Pública Federal.

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso não gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Terceira – Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência.

Subcláusula Quarta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Quinta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sexta - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

Subcláusula Sétima - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Oitava – A compensação financeira prevista na Subcláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

(Artigo 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA – No TRE-RO, a gestão da presente Contratação será exercida pelo titular da Seção de Assistência Médica e Social – SAMES, ou por seu substituto, em suas ausências legais, e a fiscalização deste contrato será de responsabilidade do servidor Cleimar Carlos Bach, e em sua ausência, da servidora Elisângela Alves da Silva Tivanello, cabendo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a todos esses, no exercício dessas funções, as atribuições previstas pela IN 04/2008-TRE-RO.

Subcláusula Primeira – As eventuais dúvidas sobre esta contratação poderão ser esclarecidas por meio dos telefones (69) 3211-2041, 3211-2039 e 3211-2044, ou e-mails daiana.ferraz@tre-ro.jus.br, cleimar.bach@tre-ro.jus.br e elisangela.tivanello@tre-ro.jus.br.

Subcláusula Segunda – As correspondências da CONTRATADA ao CONTRATANTE deverão ser enviadas ao fiscal/gestor do contrato para o endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Porto Velho/RO.

Subcláusula Terceira - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a execução da contratação não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações do CONTRATANTE:

I - Solicitar formalmente à CONTRATADA a prestação dos serviços, fazendo cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidas neste instrumento;

II - Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

III - Recusar os serviços efetuados em desacordo com esta contratação, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pela SAMES do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa dos serviços, se entregues em desacordo com as regras contidas neste instrumento contratual, no Projeto Básico, na Cotação de Preços e na proposta da contratada, ou se apresentar qualquer dano, vício ou impropriedade que obste a regular utilização dos equipamentos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Comunicar-se com a CONTRATADA por meio de correspondência oficial, inclusive alertando-a acerca da proximidade do vencimento de prazos e obrigações que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

V - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos nesta Carta-Contrato;

VI - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

VII - Analisar e deliberar sobre os eventuais pedidos de prorrogação de prazo para entrega e substituição de materiais utilizados pela contratada;

VIII - Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;

IX - Cumprir as demais obrigações consignadas contratualmente.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII, XII e XIII, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA - São obrigações da CONTRATADA:

I - Realizar o objeto conforme especificado, nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e nos documentos vinculados a este, assim como em seus anexos;

II - Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos especificados na CLÁUSULA PRIMEIRA deste instrumento contratual, por um período de 12 (doze) meses, observando que:

a) O prazo para a substituição/refazimento dos serviços recusados ou substituição de bens danificados é de 10 (dez) dias, contados do recebimento do “termo de recusa”;

b) Eventuais pedidos de prorrogação de prazos, desde que devidamente fundamentados, deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio para decisão, sendo que não serão aceitos pedidos de prorrogação de prazos impetrados após o término do correspondente prazo regular.

III - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Enviar ao CONTRATANTE no início de cada mês a Nota Fiscal para pagamento dos serviços de manutenção prestados relativos ao mês anterior, juntamente com as requisições de manutenção corretiva, se for o caso, as quais deverão estar devidamente preenchidas, datadas e assinadas por servidor do TRE-RO;

V - Apresentar mensalmente, durante a vigência da Carta-Contrato de Manutenção dos equipamentos descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA deste instrumento contratual, Relatório Técnico Mensal de Ocorrências, do qual deverá constar a descrição, a data e a hora da execução dos serviços, bem como os materiais utilizados, com suas respectivas quantidades, e o nome do profissional que executou a tarefa, sendo que o relatório será apreciado pelo Fiscal da contratação para, em caso de aprovação, assiná-lo;

VI - Manter-se, durante toda a execução da presente Carta-Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, comprometendo-se a comunicar ao Contratante qualquer alteração superveniente e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, ao INSS, à Fazenda Pública e à Justiça do Trabalho sempre que solicitado;

VII - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da presente Carta-Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

VIII - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços objeto da contratação;

IX - Aplicar as normas relativas à segurança do Trabalho em todas as atividades contratadas;

X - Apresentar ao fiscal da contratação, relatório mensal das atividades realizadas (para o contrato de manutenção dos equipamentos descritos no item 2.4 do Projeto Básico);

XI - Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema que venha ocasionar a indisponibilidade do objeto desta Carta-Contrato, ou qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução deste instrumento, para adoção das medidas cabíveis;

XII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente CARTA-CONTRATO em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado para a execução dos serviços, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93, observado o que segue:

a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

XIII - Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO;

XIV - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor da contratação para adimplemento de obrigação contratual;

XV - Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta Carta-Contrato, no Projeto-Básico, na Cotação de Preços e seus anexos e na proposta da empresa, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas poderá ainda sujeitar a CONTRATADA à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - atraso injustificado de 24 (vinte e quatro) horas no atendimento da requisição ou na execução dos serviços de manutenção corretiva dos equipamentos: multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado;

II – da 25ª a 48ª hora de atraso, multa de 3% (três por cento) sobre o valor contratado, caracterizando-se sua inexecução total a partir da 49ª hora de atraso;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – ausência de manutenção preventiva por uma semana, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado;

IV – ausência de manutenção preventiva superior a uma e até duas semanas, sem justificativa aceita pelo Contratante, multa de 3% (três por cento) sobre o valor contratado, configurando sua inexecução a ausência de manutenção preventiva por mais de duas semanas;

2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto Contratado, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos.

3. As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas.

4. As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

5. A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

6. Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

7. Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

8. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.
10. O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.
11. Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).
12. Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).
13. De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a do TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).
14. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).
15. Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.
16. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.
17. A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

18. O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

19. Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO

(Artigo 65, e seus §§, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Por se tratar de contratação de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Sétima – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento contratual e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

indicados no início desta Carta-Contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei n. 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, assim como pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 12 de julho de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pela CONTRATANTE	LEILA NASCIMENTO DE MELLO Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

ANEXO I À CARTA-CONTRATO N. 08/2021



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS (Item 4.0 do Projeto Básico):

A contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos elencados neste instrumento e no item 2.4, bem como a substituição de peças delas decorrentes.

Os serviços de manutenção corretiva são os procedimentos preventivos e substituição de peças e os reparos/consertos necessários a sanar defeitos/falhas dos equipamentos que possam acarretar ou tenham acarretado a danificação ou interrupção/suspensão do funcionamento dos mesmos.

Os serviços de manutenção preventiva são os procedimentos adotados com o objetivo de otimizar a utilização dos equipamentos, reduzindo o desgaste de uso, evitando a danificação ou a interrupção/suspensão do funcionamento dos mesmos. Tais serviços requerem a observância dos procedimentos abaixo:

4.1	Cadeira Odontológica Croma Dabi Atlante	
-----	---	--

4.1.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.1.1.1 De todas as tubulações, mangueiras e fiações.

4.1.1.2 Filtros e lâmpadas.

4.1.1.3 Amperagem e voltagem.

4.1.1.4 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.1.1.5 Do funcionamento do sistema “Push Button.

4.1.1.6 Do funcionamento do sistema “ Flush”.

4.1.1.7 Botões

4.1.2 Limpeza dos estofamentos da cadeira odontológica.

4.2	Unidade Auxiliar Dabi Atlante	
-----	-------------------------------	--

4.2.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.2.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.2.1.2 Amperagem e voltagem.

4.2.1.3 Instalação elétrica do comando à alimentação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.2.1.4 Botões

4.3	Refletor Reflex Dabi Atlante	
-----	------------------------------	--

4.3.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.3.1.1 fiações.

4.3.1.2 lâmpada, interruptor, soquetes.

4.3.1.3 Amperagem e voltagem.

4.4	Compressor Schuster S	
-----	-----------------------	--

4.4.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.4.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.4.1.2 Filtros.

4.4.1.3 Amperagem e voltagem.

4.4.2 Limpeza

4.4.2.1 dos filtros

4.4.2.1 lavagem e lubrificação do compressor

4.4.3 Lubrificação

4.5	Bomba de Sucção Ciclone	08C1001435
-----	-------------------------	------------

4.5.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.5.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.5.1.2 Filtros.

4.5.1.3 Amperagem e voltagem.

4.5.1.4 Sistema de acionamento junto à Unidade Auxiliar.

4.6	Contra-ângulo Kavo	
-----	--------------------	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.6.1. Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.6.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.6.2 Lubrificação

4.7	Autoclave Digitale 12 l	
-----	-------------------------	--

4.7.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.7.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.7.1.2 Filtros.

4.7.1.3 Amperagem e voltagem.

4.7.1.4 Instalação elétrica

4.7.1.5 Botões

4.7.2 Limpeza dos filtros

4.8	Autoclave Cristófoli Vitale 21	008878-00
-----	--------------------------------	-----------

4.8.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.8.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.8.1.2 Filtros.

4.8.1.3 Amperagem e voltagem.

4.8.1.4 Instalação elétrica

4.8.1.5 Botões

4.8.2 Limpeza dos filtros

4.9	Alta rotação dentscler	
-----	------------------------	--

4.9.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.9.2 Rotor e rolamentos.

4.9.3 Lubrificação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.10	Alta rotação dentscler	
------	------------------------	--

4.10.1 Rotor e rolamentos

4.10.2 Lubrificação

4.11	Alta rotação dentscler	
------	------------------------	--

4.11.1 Rotor e rolamentos

4.11.2 Lubrificação

4.12	Alta rotação dentscler	
------	------------------------	--

4.12.1 Rotor e rolamentos

4.12.2 Lubrificação

4.13	Alta rotação RS Dabi Atlante	
------	------------------------------	--

4.13.1 Rotor e rolamentos

4.13.2 Lubrificação

4.14	Alta rotação MS Dabi Atlante	
------	------------------------------	--

4.14.1 Rotor e rolamentos

4.14.2 Lubrificação

4.15	Contra-ângulo	c28458
------	---------------	--------

4.15.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.15.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.15.2 Lubrificação

4.16	Contra-ângulo	3ih1393
------	---------------	---------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.16.1. Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.16.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.16.2 Lubrificação

4.17	Contra-ângulo	3ih1828
------	---------------	---------

4.17.1. Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.17.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.17.2 Lubrificação

4.18	Contra-ângulo	x02728
------	---------------	--------

4.18.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.18.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.18.2 Lubrificação

4.19	Micro motor	040030297
------	-------------	-----------

4.19.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.19.1.1 Rotor, engrenagens.

4.19.2 Lubrificação

4.20	Micro motor	040031126
------	-------------	-----------

4.20.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.20.1.1 Rotor, engrenagens.

4.20.2 Lubrificação

4.21	Acionamento pedal de torneira	08S1002419
------	-------------------------------	------------

4.21.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.21.1.1 Instalação elétrica do comando à alimentação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.22	Jet Laxis Ultrassom e jato	19320
------	----------------------------	-------

4.22.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.22.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.22.1.2 Filtros.

4.22.1.3 Amperagem e voltagem.

4.22.1.4 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.23	Fotopolimerizador Ultra Lux	08F1001437
------	-----------------------------	------------

4.23.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.23.1.1 lâmpadas.

4.23.1.2 Amperagem e voltagem.

4.23.1.3 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.23.1.4 Botões

4.24	Amalgamador Ultra Max Rhos	08A1001571
------	----------------------------	------------

4.24.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.24.1.1 Amperagem e voltagem.

4.24.1.2 Motor, timer e dispensador

4.25	Mocho Dabi	
------	------------	--

4.25.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.25.1.1 Rodízios.

4.25.2 Limpeza do estofamento dos mochos.

4.26	Mocho	auxiliar
------	-------	----------

4.26.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.25.1.1 Rodízios.

4.25.2 Limpeza do estofamento dos mochos.

4.27	Equipo Dabi	
------	-------------	--

4.27.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.27.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.27.1.2 Amperagem e voltagem.

4.27.1.3 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.27.1.4 Do funcionamento do sistema “Push Button.

4.27.1.5 Do funcionamento do sistema “ Flush”.

4.27.1.6 Botões

4.28	Raio X XRM 70 KV	08A1002436
------	------------------	------------

4.28.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.28.1.1 Amperagem e voltagem.

4.28.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.28.1.3 cabeçote e sistema de acionamento

4.29	Negatoscópio	08N1001572
------	--------------	------------

4.29.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.29.1.1 e lâmpadas.

4.29.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.30	Autoclave Vitale Class Cristófoli	19297
------	-----------------------------------	-------

4.30.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.30.1.1 Amperagem e voltagem.

4.30.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.31	Lavadora ultrassônica L 220	19294
------	-----------------------------	-------

4.31.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.31.1.1 Amperagem e voltagem.

4.31.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.32	Injetor eletrônico de anestésico local Morpheus	
------	---	--

4.32.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.32.1.1 Amperagem e voltagem.

4.32.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.33	Mini-incubadora para indicador biológico	
------	--	--

4.33.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.33.1.1 Amperagem e voltagem.

4.33.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.34	Torneira fotocélula Imperatriz	
------	--------------------------------	--

4.34.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.34.1.1 Amperagem e voltagem.

4.34.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.35	Contra-ângulo Calu	
------	--------------------	--

4.35.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.35.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.35.2 Lubrificação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.36	Contra-ângulo Calu	
------	--------------------	--

4.36.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.36.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.36.2 Lubrificação

4.37	Contra-ângulo Calu	
------	--------------------	--

4.37.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.37.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.37.2 Lubrificação

4.38	Contra-ângulo Calu	
------	--------------------	--

4.38.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.38.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.38.2 Lubrificação

4.39	Raio X Dent X 70 KV	
------	---------------------	--

4.39.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.39.1.1 Amperagem e voltagem.

4.39.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.39.1.3 cabeçote e sistema de acionamento

ANEXO II À CARTA-CONTRATO N. 08/2021

DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (Item 8.1.1.1. do Projeto Básico):

8.1.1.1. A contratação compreende mão-de-obra de manutenção preventiva, corretiva, substituição de peças e elaboração de laudo técnico, por período



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 12 meses, prorrogáveis até o limite de investimento com dispensa de licitação.

A) DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A.1) Os serviços de manutenção preventiva deverão ser executados semanalmente (sendo este o prazo de execução da manutenção preventiva), independentes de requisição, em horário previamente agendado com o Gabinete Médico e Odontológico deste Tribunal.

B) DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

B.1) Os serviços de manutenção corretiva dar-se-ão mediante requisição do Serviço de Assistência Médico-Social (SAMES).

B.2) O prazo de entrega do equipamento, com os devidos reparos, não poderá exceder 48 horas do ato da entrega da peça a ser substituída.

B.3) A garantia da mão-de-obra não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

C) DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS

C.1) Na ocorrência de troca de peças, estas serão fornecidas pelo contratante, que providenciará processo para aquisição, após receber da empresa contratada a descrição detalhada da peça a ser repostada, seja na manutenção preventiva ou na corretiva.

C.2) A troca de peças, seja na manutenção preventiva ou corretiva, de maneira nenhuma acarretará custo adicional de mão-de-obra.

C.3) As peças substituídas deverão ser devolvidas no ato da entrega do equipamento.

C.4) Para cada aparelho, o contratado deverá fazer uma Ficha de acompanhamento, assinada pelo responsável técnico, com registro semanal, na qual deverá constar:

I) data da manutenção

II) peças substituídas

III) outras ocorrências pertinentes

8.1.1.2. Caso haja requisições de manutenção, estas deverão ser atendidas **no prazo máximo de 24 horas** a partir do recebimento pela contratada.

8.1.1.3. Os serviços deverão ser executados no local onde estão os equipamentos ou na oficina da contratada, sob sua responsabilidade, correndo às suas expensas todo o traslado dos equipamentos em questão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1.1.4. A execução dos serviços deverá ser efetuada por técnicos especializados, treinados, uniformizados, identificados e habilitados, devendo ser substituído, de imediato, o funcionário considerado inconveniente à boa ordem e ao Regimento Interno deste Tribunal.

D) DA EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS ACERCA DOS EQUIPAMENTOS

D.1) contratada deverá expedir, quando solicitado pela contratante, laudo da situação dos equipamentos objetivando, de acordo com sua classificação e uso, eventual descarte ambientalmente adequado.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/07/2021, às 20:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA NASCIMENTO DE MELLO, Usuário Externo**, em 14/07/2021, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 14/07/2021, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 14/07/2021, às 13:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0714959** e o código CRC **CBB6D380**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

Unidade solicitante:	<i>SAMES</i>
Unidade demandante:	<i>SAMES</i>
Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:	<i>Cleimar Carlos Bach</i>
Objeto:	<i>Manutenção dos equipamentos da SAMES</i>
Quantidade:	<i>Manutenção dos equipamentos da SAMES pelo período de um ano, prorrogável até o limite de gastos em contratos com dispensa.</i>
Plano Anual de Contatação (PAC):	<i>(x) Sim.</i> <i>() Não. Justificativa da necessidade:</i>
Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:	<i>01/06/2021</i>

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **CLEIMAR CARLOS BACH, Analista Judiciário**, em 11/05/2021, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0689718** e o código CRC **1B3D1689**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 5/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

1. 0 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93 e das regras da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, elaboramos o presente Projeto Básico. Sua elaboração observa, ainda, as regras e diretrizes para contratação bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral por meio da Resolução n. 23.234, de 25/03/2010.

2.0 - OBJETO

2.1 O objeto deste Projeto básico é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico deste Tribunal, pelo período de 12 meses, prorrogável até o valor limite referente a dispensa de licitação.

2.2 A aquisição de eventuais peças a serem substituídas ficará a cargo deste Tribunal.

2.3 A contratação pretendida deverá ter vigência por 12 (doze) meses, prorrogável até o valor limite referente a dispensa de licitação.

2.4 Os equipamentos que necessitam de manutenção estão descritos no quadro abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Discriminação	Quantidade
01	Cadeira Odontológica Dabi Atlante	1
02	Unidade Auxiliar Dabi Atlante	1
03	Refletor Dabi Atlante	1
04	Compressor Schuster S	1
05	Bomba de Sucção Ciclone	1
06	Autoclave Digitale 12	1
07	Autoclave Cristófoli Vitale 21	1
08	Alta rotação dentscler	1
09	Alta rotação dentscler	1
10	Alta rotação dentscler	1
11	Alta rotação dentscler	1
12	Alta rotação RS Dabi Atlante	1
13	Alta rotação MS Dabi Atlante	1
14	Contra-ângulo	1
15	Contra-ângulo	1
16	Contra-ângulo	1
17	Contra-ângulo	1
18	Micro motor	1
19	Micro motor	1
20	Acionamento pedal de torneira	1
21	JetLax Sonic (ultrassônico e jato)	1
22	Fotopolimerizador Ultra Lux	1
23	Amalgamador Ultra Max Rhos	1
24	Mocho Dabi Atlante	1
25	Mocho Dabi Atlante	1
26	Equipo Dabi Atlante	1
27	Raio X Dent X 70	1
28	Negatoscópio	1
29	Autoclave Vitale Class CD Cristófoli	1
30	Lavadora Ultrassônica Schuster L 220	1
31	Injetor eletrônico de anestésico local Morpheus	1
32	Mini-incubadora para indicador biológico	1
33	Torneira fotocélula Imperatriz	1
34	Contra-ângulo Calu	1
35	Contra-ângulo Calu	1
36	Contra-ângulo Calu	1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

37	Contra-ângulo Calu	1	
38	Contra-ângulo Kavo	1	
39	Raio X Dent X 70	1	

3.0 - JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE

A necessidade a ser atendida por intermédio da presente Contratação é a de manter os EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS da SAMES deste TRE-RO em condições adequadas de funcionamento, por meio da manutenção preventiva e corretiva, com eventual fornecimento de peças, mediante ressarcimento, de modo a eliminar defeitos técnicos e/ou decorrentes do uso habitual, bem como da execução de testes e calibração, visando restabelecer o perfeito funcionamento dos equipamentos.

3.2. DA SOLUÇÃO

A contratação da prestação de serviços é necessária para assegurar o desempenho satisfatório dos equipamentos odontológicos da SAMES e sua ausência pode resultar em demora para o conserto de qualquer equipamento ou dispositivo defeituoso, o que pode ocasionar a descontinuidade do atendimento regular aos usuários da SAMES.

3.3. O Decreto n. 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, não veda esta contratação no art. 3º, de modo que a execução indireta pode ser empregada.

Em atendimentos ao art. 2º da IN nº 004/2008-TRE-RO, este instrumento foi elaborado em conformidade com os seus princípios basilares, quais sejam: planejamento e objetividade.

3.4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.4.1. De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 246/2020, de 08/10/2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.4.2. O artigo 6º, IV, da mesma norma, determina que essas unidades ou núcleos devem fomentar as ações que estimulem a promoção de contratações sustentáveis. Dentro dessa linha, o artigo 17 da Resolução estabelece que as contratações efetuadas pelos órgãos deverão observar:

I – critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, tais como:

- a) rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;
- b) eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos;
- c) eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;
- d) gêneros alimentícios.

II - práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;

III – critérios e práticas de sustentabilidade no projeto e execução de obras e serviços de engenharia, em consonância com a Resolução CNJ 114/2010;

IV – emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as limitações de cada município.

3.4.3. No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa. Assim, enquanto não se houver estabelecido esses critérios objetivos de mensuração, não há possibilidade de se exigir, quer nos editais ou mesmo nos instrumentos contratuais o cumprimento dessas obrigações ligadas à sustentabilidade ambiental. Ademais, verifica-se que o objeto pretendido não se enquadra nas hipóteses listadas no retrocitado artigo 17 da Resolução CNJ n. 201/2015.".



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.0 – DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

A contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos elencados no item 2.4, bem como a substituição de peças delas decorrentes.

Os serviços de manutenção corretiva são os procedimentos preventivos e substituição de peças e os reparos/consertos necessários a sanar defeitos/falhas dos equipamentos que possam acarretar ou tenham acarretado a danificação ou interrupção/suspensão do funcionamento dos mesmos.

Os serviços de manutenção preventiva são os procedimentos adotados com o objetivo de otimizar a utilização dos equipamentos, reduzindo o desgaste de uso, evitando a danificação ou a interrupção/suspensão do funcionamento dos mesmos. Tais serviços requerem a observância dos procedimentos abaixo:

4.1 Cadeira Odontológica Croma Dabi Atlante

4.1.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.1.1.1 De todas as tubulações, mangueiras e fiações.

4.1.1.2 Filtros e lâmpadas.

4.1.1.3 Amperagem e voltagem.

4.1.1.4 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.1.1.5 Do funcionamento do sistema “Push Button.

4.1.1.6 Do funcionamento do sistema “ Flush”.

4.1.1.7 Botões

4.1.2 Limpeza dos estofamentos da cadeira odontológica.

4.2 Unidade Auxiliar Dabi Atlante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.2.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.2.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.2.1.2 Amperagem e voltagem.

4.2.1.3 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.2.1.4 Botões

4.3 Refletor Reflex Dabi Atlante

4.3.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.3.1.1 fiações.

4.3.1.2 lâmpada, interruptor, soquetes.

4.3.1.3 Amperagem e voltagem.

4.4 Compressor Schuster S

4.4.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.4.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.4.1.2 Filtros.

4.4.1.3 Amperagem e voltagem.

4.4.2 Limpeza

4.4.2.1 dos filtros

4.4.2.1 lavagem e lubrificação do compressor

4.4.3 Lubrificação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.5 Bomba de Sucção Ciclone 08C1001435

4.5.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.5.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.5.1.2 Filtros.

4.5.1.3 Amperagem e voltagem.

4.5.1.4 Sistema de acionamento junto à Unidade Auxiliar.

4.6 Contra-ângulo Kavo

4.6.1. Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.6.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.6.2 Lubrificação

4.7 Autoclave Digitale 12 l

4.7.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.7.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.7.1.2 Filtros.

4.7.1.3 Amperagem e voltagem.

4.7.1.4 Instalação elétrica

4.7.1.5 Botões

4.7.2 Limpeza dos filtros



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.8 Autoclave Cristófoli Vitale 21008878-00

4.8.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.8.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.8.1.2 Filtros.

4.8.1.3 Amperagem e voltagem.

4.8.1.4 Instalação elétrica

4.8.1.5 Botões

4.8.2 Limpeza dos filtros

4.9 Alta rotação dentscler

4.9.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.9.2 Rotor e rolamentos.

4.9.3 Lubrificação

4.10 Alta rotação dentscler

4.10.1 Rotor e rolamentos

4.10.2 Lubrificação

4.11 Alta rotação dentscler

4.11.1 Rotor e rolamentos

4.11.2 Lubrificação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.12 Alta rotação dentscler

4.12.1 Rotor e rolamentos

4.12.2 Lubrificação

4.13 Alta rotação RS Dabi Atlante

4.13.1 Rotor e rolamentos

4.13.2 Lubrificação

4.14 Alta rotação MS Dabi Atlante

4.14.1 Rotor e rolamentos

4.14.2 Lubrificação

4.15 Contra-ângulo c28458

4.15.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.15.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.15.2 Lubrificação

4.16 Contra-ângulo 3ih1393

4.16.1. Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.16.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.16.2 Lubrificação

4.17	Contra-ângulo	3ih1828
------	---------------	---------

4.17.1. Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.17.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.17.2 Lubrificação

4.18	Contra-ângulo	x02728
------	---------------	--------

4.18.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.18.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.18.2 Lubrificação

4.19	Micro motor	040030297
------	-------------	-----------

4.19.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.19.1.1 Rotor, engrenagens.

4.19.2 Lubrificação

4.20	Micro motor	040031126
------	-------------	-----------

4.20.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.20.1.1 Rotor, engrenagens.

4.20.2 Lubrificação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.21 Acionamento pedal de torneira 08S1002419

4.21.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.21.1.1 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.22 Jet Laxis Ultrassom e jato 19320

4.22.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.22.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.22.1.2 Filtros.

4.22.1.3 Amperagem e voltagem.

4.22.1.4 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.23 Fotopolimerizador Ultra Lux 08F1001437

4.23.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.23.1.1 lâmpadas.

4.23.1.2 Amperagem e voltagem.

4.23.1.3 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.23.1.4 Botões

4.24 Amalgamador Ultra Max Rhos 08A1001571

4.24.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.24.1.1 Amperagem e voltagem.

4.24.1.2 Motor, timer e dispensador

4.25 Mocho Dabi

4.25.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.25.1.1 Rodízios.

4.25.2 Limpeza do estofamento dos mochos.

4.26 Mocho auxiliar

4.26.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.25.1.1 Rodízios.

4.25.2 Limpeza do estofamento dos mochos.

4.27 Equipo Dabi

4.27.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.27.1.1 De todas tubulações, mangueiras e fiações.

4.27.1.2 Amperagem e voltagem.

4.27.1.3 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.27.1.4 Do funcionamento do sistema “Push Button.

4.27.1.5 Do funcionamento do sistema “ Flush”.

4.27.1.6 Botões



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.28|Raio X XRM 70 KV|08A1002436

4.28.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.28.1.1 Amperagem e voltagem.

4.28.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.28.1.3 cabeçote e sistema de acionamento

4.29|Negatoscópio|08N1001572

4.29.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.29.1.1 e lâmpadas.

4.29.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.30|Autoclave Vitale Class Cristófoli|19297

4.30.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.30.1.1 Amperagem e voltagem.

4.30.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.31|Lavadora ultrassônica L 220|19294

4.31.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.31.1.1 Amperagem e voltagem.

4.31.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.32 Injetor eletrônico de anestésico local Morpheus

4.32.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.32.1.1 Amperagem e voltagem.

4.32.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.33 Mini-incubadora para indicador biológico

4.33.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.33.1.1 Amperagem e voltagem.

4.33.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.34 Torneira fotocélula Imperatriz

4.34.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.34.1.1 Amperagem e voltagem.

4.34.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.35 Contra-ângulo Calu

4.35.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.35.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.35.2 Lubrificação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.36 **Contra-ângulo Calu**

4.36.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.36.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.36.2 Lubrificação

4.37 **Contra-ângulo Calu**

4.37.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.37.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.37.2 Lubrificação

4.38 **Contra-ângulo Calu**

4.38.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.38.1.1 Eixo, engrenagens, presilha.

4.38.2 Lubrificação

4.39 **Raio X Dent X 70 KV**

4.39.1 Verificação e serviço de troca, quando necessário:

4.39.1.1 Amperagem e voltagem.

4.39.1.2 Instalação elétrica do comando à alimentação.

4.39.1.3 cabeçote e sistema de acionamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.0 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1. Como condição habilitação a proponente deverá estar regular, perante à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e (CNDT) e não estar inidônea perante o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

5.2. Caso não apresente, junto com a cotação de preços, os documentos comprobatórios das exigências contidas neste item, a própria Administração fará a consulta nos respectivos sítios oficiais da internet.

5.3. Os documentos comprobatórios poderão ser substituídos pelo SICAF quando estiverem dentro do prazo de validade e atualizados.

6.0 – DA VIGÊNCIA E DO PREÇO

6.1 Da forma de contratação

O art. 24, II, da lei n. 89.666/93 dispõe que é dispensável a licitação quando o valor para a contratação for de até 10% (dez por cento) do limite previsto no art. 23, II, "a" (o qual foi atualizado Pelo Decreto 9.412/2018), da ordem de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

6.2. Considerando a busca da ampliação da disputa e redução de preços, o contrato de manutenção dos equipamentos terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, com a possibilidade de renovação, até o valor limite referente a dispensa de licitação citada no item 6.1 deste PB.

6.3 O valor da contratação pretendida é de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais ou R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pelo período de 12 (doze) meses, conforme Proposta apresentada ([0704186](#)), em resposta à Cotação da SLC.

6.4 Como se verifica, apresentou o menor preço (da Cotação de Preços, evento [0704186](#)), conforme Informação 19 SLC ([0704195](#)) a empresa Leila Nascimento de Mello, CNPJ 26910164/0001-40 (para manutenção dos equipamentos descritos no item 2.4, pelo período de 12 meses), cuja regularidade fiscal foi juntada aos autos, conforme evento [0704187](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cabe salientar que, em razão da especificidade do objeto, não foi possível aferir preços junto a outros órgãos da Administração Pública, visto que o objeto pretendido foi dimensionado para suprir especificamente a necessidade de manutenção advindas dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico deste Tribunal.

7.0 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos odontológicos do SAMES TRE especificados no presente Projeto básico será custeada pelo Orçamento Ordinário deste Tribunal, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA	Operação dos Serviços Administrativos
PLANO INTERNO	AOSA MANMAQ
VALOR ESTIMADO	R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

A execução prevista **para o exercício de 2021** é de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

A execução prevista **para o exercício de 2022** é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

8.0 – DO CONTRATO - OBRIGAÇÕES DAS PARTES, SANÇÕES E PAGAMENTO

O contrato resultante deste PB (art. 62 da lei n. 8.666/93) terá vigência de 01 (um) ano, prorrogável até o limite do valor referência para dispensa de licitação.

8.1. Das obrigações das CONTRATADAS:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1.1 Realizar o objeto conforme especificado abaixo, nas condições, preços e prazos estabelecidos neste Projeto Básico, na proposta, os quais são partes integrantes da Carta-Contrato, independentemente de transcrição. O contratado deverá realizar os seguintes serviços:

8.1.1.1. A contratação compreende mão-de-obra de manutenção preventiva, corretiva, substituição de peças e elaboração de laudo técnico, por período de 12 meses, prorrogáveis até o limite de investimento com dispensa de licitação.

A) DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A.1) Os serviços de manutenção preventiva deverão ser executados semanalmente (sendo este o prazo de execução da manutenção preventiva), independentes de requisição, em horário previamente agendado com o Gabinete Médico e Odontológico deste Tribunal.

B) DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

B.1) Os serviços de manutenção corretiva dar-se-ão mediante requisição do Serviço de Assistência Médico-Social (SAMES).

B.2) O prazo de entrega do equipamento, com os devidos reparos, não poderá exceder 48 horas do ato da entrega da peça a ser substituída.

B.3) A garantia da mão-de-obra não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

C) DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS

C.1) Na ocorrência de troca de peças, estas serão fornecidas pelo contratante, que providenciará processo para aquisição, após receber da empresa contratada a descrição detalhada da peça a ser repostada, seja na manutenção preventiva ou na corretiva.

C.2) A troca de peças, seja na manutenção preventiva ou corretiva, de maneira nenhuma acarretará custo adicional de mão-de-obra.

C.3) As peças substituídas deverão ser devolvidas no ato da entrega do equipamento.

C.4) Para cada aparelho, o contratado deverá fazer uma Ficha de acompanhamento, assinada pelo responsável técnico, com registro semanal, na qual deverá constar:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I) data da manutenção

II) peças substituídas

III) outras ocorrências pertinentes

8.1.1.2. Caso haja requisições de manutenção, estas deverão ser atendidas **no prazo máximo de 24 horas** a partir do recebimento pela contratada.

8.1.1.3. Os serviços deverão ser executados no local onde estão os equipamentos ou na oficina da contratada, sob sua responsabilidade, correndo às suas expensas todo o traslado dos equipamentos em questão.

8.1.1.4. A execução dos serviços deverá ser efetuada por técnicos especializados, treinados, uniformizados, identificados e habilitados, devendo ser substituído, de imediato, o funcionário considerado inconveniente à boa ordem e ao Regimento Interno deste Tribunal.

D) DA EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS ACERCA DOS EQUIPAMENTOS

D.1) contratada deverá expedir, quando solicitado pela contratante, laudo da situação dos equipamentos objetivando, de acordo com sua classificação e uso, eventual descarte ambientalmente adequado.

8.1.1.5 manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos dos equipamentos especificados no item 2.4, por um período de 12 (doze) meses.

8.1.1.6 O prazo para a substituição/refazimento dos serviços recusados ou substituição de bens danificados é de 10 (dez) dias, contados do recebimento do “termo de recusa”.

8.1.1.7 Eventuais pedidos de prorrogação de prazos, desde que devidamente fundamentados, deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio para decisão. Não serão aceitos pedidos de prorrogação de prazos impetrados após o término do correspondente prazo regular.

8.1.2 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1.3 Enviar à Contratante no início de cada mês a Nota Fiscal para pagamento dos serviços de manutenção prestados relativos ao mês anterior, juntamente com as requisições de manutenção corretiva, se for o caso, as quais deverão estar devidamente preenchidas, datadas e assinadas por servidor do TRE-RO;

8.1.4 Apresentar mensalmente, durante a vigência do Contrato de Manutenção dos equipamentos descritos no item 2.5, Relatório Técnico Mensal de Ocorrências, do qual deverá constar a descrição, a data e a hora da execução dos serviços, bem como os materiais utilizados, com suas respectivas quantidades, e o nome do profissional que executou a tarefa. O relatório será apreciado pelo Fiscal do Contrato para, em caso de aprovação, assiná-lo;

8.1.5 Manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, comprometendo-se a comunicar ao Contratante qualquer alteração superveniente e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, ao INSS, à Fazenda Pública e à Justiça do Trabalho sempre que solicitado;

8.1.6 Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

8.1.7 Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços objeto deste Projeto básico;

8.1.8 Aplicar as normas relativas à segurança do Trabalho em todas as atividades Contratadas;

8.1.9 Apresentar ao fiscal do contrato, relatório mensal das atividades realizadas (para o contrato de manutenção dos equipamentos descritos no item 2.4;

8.2. Das SANÇÕES

8.2.1. O descumprimento injustificado, pela contratada, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor contratado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002).

8.2.2. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas poderá ainda sujeitar a CONTRATADA à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - atraso injustificado de 24 (vinte e quatro) horas no atendimento da requisição ou na execução dos serviços de manutenção corretiva dos equipamentos: multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado;

II – da 25ª a 48ª hora de atraso, multa de 3% (três por cento) sobre o valor contratado, caracterizando-se sua inexecução total a partir da 49ª hora de atraso;

III – ausência de manutenção preventiva por uma semana, sem justificativa aceita pela Contratante, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado;

IV – ausência de manutenção preventiva superior a uma e até duas semanas, sem justificativa aceita pela Contratante, multa de 3% (três por cento) sobre o valor contratado, configurando sua inexecução a ausência de manutenção preventiva por mais de duas semanas;

8.2.2.1 Eventuais pedidos de prorrogação de prazos, desde que devidamente fundamentados, deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio para decisão.

8.2.2.2 Não serão aceitos pedidos de prorrogação de prazos impetrados após o término no correspondente prazo regular.

8.2.3 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto Contratado, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

8.2.4 As multas previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.5 Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC. Caso a empresa não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

8.3 DO PAGAMENTO

8.3.1 O pagamento será efetuado mensalmente, após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada das respectivas requisições de serviços, quando for o caso, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for certificada.

8.3.2 Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, FGTS, à Justiça do Trabalho e com a Fazenda Pública Federal.

8.3.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

8.3.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = (6/100) \qquad I = 0,00016438$$
$$\qquad \qquad \qquad 365 \qquad \qquad \qquad 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.3.5 A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.0 – CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os serviços serão recebidos provisoriamente, por meio de recibo, anotado na requisição correspondente, depois de verificada a regularidade, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

A contratada poderá acompanhar a verificação da regularidade do serviço prestado, inclusive podendo manifestar-se a respeito.

Decorridos 02 (dois) dias úteis do recebimento provisório, estando em pleno funcionamento os equipamentos, consideram-se recebidos em definitivo os serviços.

Serão recusados os serviços prestados em desacordo com este Projeto Básico, com os dispositivos contratuais e com a proposta, ou ainda que cause qualquer vício ou impropriedade de uso nos equipamentos.

10.0 - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização do contrato será de responsabilidade do servidor Cleimar Carlos Bach, e em sua ausência, da servidora Elisângela Alves da Silva Tivanello, sendo a gestão de responsabilidade do titular da Seção de Assistência Médica e Social.

Eventuais dúvidas quanto ao contido neste Projeto básico poderão ser esclarecidas pelos fiscais do contrato, por meio dos telefones (69) 3211-2041 /



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2039 / 2044, ou e-mails: daiana.ferraz@tre-ro.jus.br, elisangela.tivanello@tre-ro.jus.br ou cleimar.bach@tre-ro.jus.br.

As correspondências da contratada ao contratante deverão ser enviadas ao fiscal ou gestor do contrato para o endereço: Av. Presidente Dutra, nº 1889, bairro Areal, CEP: 76.805-901, Porto Velho/RO.

11.0 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei nº 8.666/93, e alterações subsequentes, a Lei nº 8.078, de 11/09/90 e, subsidiariamente, o Código Civil Brasileiro, além da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.



Documento assinado eletronicamente por **CLEIMAR CARLOS BACH, Analista Judiciário**, em 29/06/2021, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0709409** e o código CRC **AC45ADD4**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001719-23.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL
(SAMES)

ASSUNTO: **Dispensa de Licitação** – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico deste Tribunal. **Análise**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 85 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), objetivando abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico dessa unidade no TRE-RO.

02. A Solicitação de Contratação ([0689718](#)) para elaboração de estudo técnico preliminar e projeto básico da contratação pretendida foi demandada e solicitada pela Seção de Assistência Médica e Social. Os autos foram enviados à SAOFC para a necessária autorização e pelo Despacho nº 748/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC a solicitação recebeu a autorização do secretário da SAOFC, que determinou o envio dos autos às unidades COMAP, para análise do Projeto Básico e após, concomitantemente à COFC, SECONT e ao final à AJDG ([0690823](#)).

03. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para dispensas e inexigibilidades de licitação contendo os elementos iniciais para elaboração do projeto básico foi juntado aos autos no evento [0689718](#).

04. Na Informação nº 19/2021-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0704795](#)), a Seção de Licitação e Compras - SLC informa que apenas 2 (duas) empresas responderam à Cotação de preço nº 02/2021-SLC, uma vez que o mercado local para este tipo de serviço é muito restrito. Ainda, aduz que os valores estimados estão abaixo do limite legal para contratação direta ([0704793](#) e [0704186](#)) e que as proponentes possuem regularidade fiscal e trabalhista ([0704794](#) e [0704187](#)).

05. Registra-se que a proposta apresentada pela empresa LEILA NASCIMENTO DE MELLO – CNPJ 26.910.164/0001-40, na Cotação de Preços nº 02/2010 – SLC ([0704186](#)), sagrou-se vencedora, com o valor total dos serviços em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

06. A unidade demandante juntou o Projeto Básico nº 5/2021- PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0709409](#)), contendo a descrição do objeto, a justificativa da contratação, o valor estimado para a contratação, a aderência ao planejamento orçamentário, a forma de execução dos serviços, a forma de pagamento, as obrigações da contratante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e do contratado, as sanções administrativas, os critérios de sustentabilidade ambiental, a gestão e fiscalização do contrato.

07. A COMAP, unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, entendeu pela regularidade do Projeto Básico citado ([0709409](#)), atestando que o referido instrumento, complementado pela proposta da empresa na Cotação de Preços nº 001/2021 -SLC, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 51/2021 ([0710704](#)).

08. A Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) apresenta nos autos disponibilidade orçamentária e financeira no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para suportar a despesa no presente exercício, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0711218](#)).

09. Por fim, consta nos autos a minuta de Carta-Contrato ([0711493](#)) juntada pela SECONT.

10. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica ([0711495](#)). **É o necessário relato.**

II- ANÁLISE JURÍDICA

11. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

12. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

13. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00**, pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), conforme demonstrado no Projeto Básico ([0709409](#)) e na Cotação de Preço realizada ([0704186](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

15. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

16. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

17. No vertente caso, apenas 02 (duas) empresas apresentaram propostas, a saber:

- **OLSTEC COM. DE ARTIGOS MÉDICOS LTDA – CNPJ 05.099.495/0001-71**, apresentou proposta no valor total de **R\$ 7.320.000 e habilitação fiscal e trabalhista regulares** ([0704794](#));
- **LEILA NASCIMENTO DE MELLO, CNPJ nº 26.910.164/0001-40**, apresentou proposta no valor total de **R\$ 6.000,00 e habilitação fiscal e trabalhista regulares** ([0704187](#)).

18. Com relação a este tema, embora haja entendimento do TCU que a cotação deve ser realizada com pelo menos **três empresas** aptas a contratar com a Administração Pública (**Acórdão nº 1782/2010-Plenário**), esta Corte também reconhece que as particularidades do caso concreto poderão impedir a participação na cotação dessa quantidade de empresas.

19. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de preços, **basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra.** Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, **porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada; (...)**

20. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima;** (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

21. No procedimento em análise, a SLC, em sua Informação nº 19-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0704795](#)), destaca a restrição do mercado local para a realização de tal serviço, o que impediu a obtenção de no mínimo 03 (três) Cotação de Preços válidas. Segue trecho da sua justificativa:

Apesar dos esforços empreendidos pela equipe da SLC, tanto por e-mail como por frequentes ligações telefônicas, somente duas empresas aceitaram participar da cotação de preços apresentando propostas. Tal situação já é conhecida desta Seção e vivenciada há vários anos, dada a restrição do mercado local.

22. Destarte, deve-se levar em consideração a pesquisa de preço realizada nos autos, pois existe competitividade limitada dos serviços pretendidos no mercado local e consonância entre os preços apresentados pelas empresas cotantes, bem como está presente nos autos justificativas plausíveis para entender tal situação.

23. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **LEILA NASCIMENTO DE MELLO** – CNPJ **26.910.164/0001-40**, no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

25. No caso ventilado, ambas as empresas cotadas apresentam regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos [0704794](#) e [0704187](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

26. Pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa - **LEILA NASCIMENTO DE MELLO – CNPJ nº 26.910.164/0001-40**, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

27. De outro lado, o Projeto Básico Nº **5/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES** ([0709409](#)), complementado pela Cotação de preços n. 02/2021 - SLC, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93), motivo pelo qual pode ser apresentado a **autoridade competente para sua aprovação**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. Com relação a minuta de Carta-Contrato juntada, em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento se encontra em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

29. Contudo, esta AJDG, com precedente na Decisão TCU nº 1336/06-Plenário, entende desnecessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da aquisição, situar-se nos patamares da dispensa legal. Todavia, aconselhamos que a publicação da contratação se dê no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em homenagem ao princípio da publicidade.

III – DA CONCLUSÃO

30. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta da empresa **LEILA NASCIMENTO DE MELLO – CNPJ 26.910.164/0001-40**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e

b) pela apresentação do PB juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

31. Ademais, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Carta-Contrato (0711493)**.

32. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que impedida de pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 06/07/2021, às 18:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0712360** e o código CRC **638169E3**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001719-23.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL -
SAMES

ASSUNTO: **Dispensa de Licitação** – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico deste Tribunal. **Análise**

DESPACHO Nº 866 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, objetivando a contratação direta de empresa especializada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico dessa unidade no TRE-RO ([0687827](#)).

Por meio da Solicitação de Contratação ([0689718](#)) a SAMES requereu ao Secretário da SAOFC autorização para elaboração de estudo técnico preliminar e projeto básico da contratação pretendida. O qual, mediante o Despacho 748/2021 ([0690823](#)), consentiu a continuidade da despesa após juntada do Estudo Técnico Preliminar - ETP e, remeteu os autos à COMAP, para análise do Projeto Básico, à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaborar a minuta do termo contratual e à AJDG para emissão de parecer jurídico.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para dispensas e inexigibilidades de licitação contendo os elementos iniciais para elaboração do projeto básico foi juntado aos autos no evento [0689718](#).

A Seção de Licitações e Compras - SLC, após realizar a cotação de preços, informou o resultado da cotação de preços, alegando que somente duas empresas aceitaram participar da cotação de preços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentando propostas, dada a restrição do mercado local, apesar dos esforços empreendidos pela equipe da SLC, tanto por e-mail como por frequentes ligações telefônicas. Tendo a empresa LEILA NASCIMENTO DE MELLO – CNPJ 26.910.164/0001-40, apresentado a melhor proposta, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) - evento [0704186](#) - e está regular para contratar com a Administração Pública, conforme comprovam o documentos juntados ao evento [0704187](#).

Os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da empresas, bem como as propostas apresentadas na cotação de preços n. 02/2021, foram juntados nos eventos [0704187](#), [0704794](#), [0704186](#) e [0704793](#). O Projeto Básico 5 (evento [0709409](#)), complementado pela Cotação de preços n. 02/2021/SLC ([0701018](#)), contém a especificação do objeto, justificativa, valor estimado, aderência ao planejamento orçamentário, gestão e fiscalização do contrato.

Carreou-se aos autos o quadro geral das aquisições e contratações processadas no presente exercício, demonstrando assim a ausência de fracionamento de despesa (0262584).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico e adjudicação do objeto à empresa LEILA NASCIMENTO DE MELLO – CNPJ 26.910.164/0001-40, pois comprovou sua regularidade para contratar com a Administração Pública ([0710704](#)).

A COFC atestou a disponibilidade orçamentária e financeira do valor de 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para suportar a despesa no presente exercício, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0711218](#)).

Por fim, consta nos autos a minuta de Carta-Contrato ([0711493](#)) juntada pela SECONT.

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico 85 ([0712360](#)) opinou pela possibilidade de contratação direta com fulcro no artigo 24, II, da Lei Geral de Licitações e Contratos e pela aprovação do Projeto Básico 5 ([0709409](#)), complementado pela cotação de preços n. 02/2021 ([0701018](#)). Por último aprovou a minuta de Carta-Contrato ([0711493](#)).

O Secretário SAOFC, manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico 5 ([0709409](#)) e do ETP ([0689717](#)); pela autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; contratação direta da empresa LEILA NASCIMENTO DE MELLO, com emissão de nota de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empenho no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em seu favor, condicionada à verificação da regularidade fiscal; e pela publicação da dispensa apenas no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, em homenagem ao princípio da publicidade (Manifestação n. 243/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (evento [0712436](#))).

Com efeito, a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, uma vez que o valor estimado de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada com amparo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, já que houve regular cotação de preços entre as empresas especializadas nesse ramo de atividade, o que restou comprovado nos autos.

Conforme relatado, a SLC, mediante a Informação nº 19-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0704795](#)), ressalta a restrição do mercado local para a realização de tal serviço, o que impediu a obtenção de no mínimo 03 (três) Cotação de Preços válidas.

A cotação de preço levada a cabo no mercado local, é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

Depreende-se que a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

Verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **LEILA NASCIMENTO DE MELLO – CNPJ 26.910.164/0001-40**, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

Diante do exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP:

1 - Aprovo o Estudo Técnico Preliminar - ETP ([0689717](#)) e o Projeto Básico 5/2021/SAMES ([0709409](#)), complementado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela cotação de preços n. 02/2021([0701018](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93;

2 - Autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93;

3 - Adjudico o objeto à empresa LEILA NASCIMENTO DE MELLO – CNPJ 26.910.164/0001-40, por ofertar o menor preço para a prestação do serviço em comento e estar regular para contratar com a Administração e, ainda, autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da referida empresa, condicionada à verificação da regularidade fiscal.

Devolvam-se os autos ao Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/07/2021, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0713378** e o código CRC **DD0CE180**.